



MUNICIPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº. 5/2008

-----ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA AOS DEZANOVE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E OITO. -----

---Aos dezanove dias do mês de Dezembro do ano dois mil e oito, pelas vinte e uma horas reuniram, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, convocada nos termos do artigo 49.º, n.º 1, e do artigo 54.º, n.º 1, alínea b), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conforme anúncio público afixado por Edital, de 15 de Fevereiro de 2008, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Ponto Um – Informação escrita a apresentar pelo senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea e) do n.º1, do art. 53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com alteração da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----Ponto Dois – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo; -----

-----Ponto Três – Aprovação da alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição de Títulos Honoríficos e sua designação; -----

-----Ponto Quatro – Pedido de autorização para lançamento de Derrama para o ano de 2009; -----

-----Ponto Cinco – Pedido de autorização para fixação da Participação no IRS para o ano de 2009; -----

-----Ponto Seis – Pedido de autorização de contracção de um empréstimo até ao montante de 400.000,00€, destinado à Reabilitação de Arruamentos e Estradas Municipais; -----

-----Ponto Sete – Discussão e Aprovação dos Documentos Previsionais de Gestão para 2009 – Orçamento e Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes Deputados da Assembleia Municipal, Senhores: -----

-----Rui Monteiro Picciochi; -----

-----Ana Rita Lopes Inácio; -----

-----Vitor Dias da Silva; -----

-----José Maria Chambel Esteves; -----

-----Paulo Fernando da Graça Constantino; -----

-----Benjamim dos Santos Abalada Reis; -----

-----Eduardo Cristóvão Gil de Oliveira; -----

-----Maria Paula Albuquerque Valente; -----

-----Valter Augusto Peres Caldeira; -----

-----João Manuel Alves Gralha; -----

-----João Filipe da Silva Ricardo; -----

-----Cleide Maria Cachado Nuncio Santos; -----

-----Aníbal Júlio Rodrigues; -----

-----Júlio do Rosário da Graça Barata; -----

-----Fernando Marques Aparício; -----

-----Manuel Pequito Cardoso. -----

Não compareceram os Senhores Deputados Municipais Emmanuel José Amaral, Inocêncio Rodrigues Cruz, Paulo Alexandre Mateus Passos e Carlos Miguel Timóteo Pires, tendo apresentado a respectiva justificação da falta. -----

Nos termos do artigo 48.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Vítor Miguel Martins Arnaut Pombeiro, os Senhores Vereadores Manuel Maria Ferreira Honório e Rui Constantino Martins. Tendo assistido, ainda, os Senhores Vereadores em regime de não permanência: Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett e Paulo Alexandre da Cunha Tavares. -----

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, apresentando as boas vindas ao executivo camarário. -----

De seguida questionou os senhores deputados se pretendiam realizar algumas observações à lista de expediente. – (vide anexo 1) -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que a Senhora Deputada Maria do Rosário Correia renunciou ao cargo tendo sido convocado o cidadão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

imediatamente a seguir na lista, Sr. José Marques Aparício, que não pode estar presente e justificou a falta, tendo sido convocada a cidadã a seguir na lista, a Dr.^a Maria Paula Albuquerque Valente, em sua substituição. -----

Apresentou as condolências ao Senhor Deputado Inocêncio Cruz pelo falecimento de sua mãe. -----

Devido à complexidade da Ordem de Trabalhos propôs que a sessão só termine quando da conclusão da Ordem de Trabalhos tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à apreciação a acta número 4, da reunião de 26 de Setembro de 2008, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. -----

Para intervir sobre a acta inscreveu-se o seguinte Deputado: -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** tomou da palavra para referir que na página 3/27 falta referir três questões colocadas tais como a Rede de Gás Natural que só passa na Rua Vale e Azevedo na Atalaia, a desparasitação na Rua das Forças Armadas e Rua 25 de Abril e a Comissão de Trânsito da Atalaia. -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** desejou votos de Boas Festas a todos os presentes. Referiu que a acta não identifica o sentido de voto dos deputados, nem inclui as questões colocadas pelo Senhor Deputado João Filipe Ricardo e na página 25 onde se lê rectificação devia ler-se ratificação. ---

= O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** tomou a palavra para referir que há pouco cuidado com o que se põem na acta, que há uma falta de cuidado a transcrever as votações e que alguém deveria ter cuidado. -----

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** tomou da palavra para solicitar aos Senhores Deputados que as votações fossem feitas com tempo, de forma espaçada, solicitando ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia que, para registado na gravação da sessão, sejam mencionados expressamente os nomes dos deputados que votem a favor, contra ou que se abstenham. -----

----- **Após a intervenção por parte dos Senhores Deputados, o projecto da acta nº4/2008 da reunião realizada a 26 de Setembro de 2008, sobre o qual foram propostas rectificações, as quais constam nos parágrafos anteriores, foi submetido a votação tendo sido aprovado por maioria, com 1 votos contra do Senhor Deputado Vítor Dias da Silva e 4 abstenções dos**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhores Deputados Valter Caldeira, Eduardo de Oliveira, Paula Valente e João Filipe Ricardo. -----

O Sr. Presidente colocou à votação a Ordem de Trabalhos, que foi aprovada por unanimidade. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Após as inscrições para intervenção no período antes da Ordem do Dia, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos deputados da Assembleia Municipal: -----

= A Senhora Deputada **Ana Rita Lopes Inácio** tomou da palavra para desejar Boas Festas aos presentes. De seguida alertou o executivo camarário para as seguintes situações referidas na Assembleia de Freguesia da Praia do Ribatejo:

- A solicitação de um ponto de Luz na Rua da Fontainha visto que a sua ausência tem concorrido para a ocorrência de troca de drogas, testemunhada pelos moradores; -----

- Alertou para o facto da localização do projecto de execução da ETAR das Madeiras localizar-se junto de um curso de água que não tem caudal o ano inteiro e que se encontra assoreado; -----

-- = O Senhor Deputado **Aníbal Rodrigues** desejou votos de um Bom Natal e Bom Ano Novo aos presentes. -----

-Na sua intervenção deu conhecimento e solicitou o apoio da Câmara Municipal nos seguintes assuntos: -----

- A necessidade de colocação de raias de protecção no aqueduto na Portela, à entrada da Rua de Camões, próximo da passagem superior da A23; -----

- Informou que a Junta de Freguesia procedeu à reparação de várias ruas da Freguesia não pavimentadas com “*tout-venant*”, como a Rua da Fontinha que ainda necessita de outro tipo de intervenção que a torne transitável, bem como de iluminação pública; -----

- Na Rua Casal Jacinto, próximo da residência do Senhor Júlio Oliveira, o aqueduto das águas pluviais encontra-se atulhado com areia e lixo; -----

- Na Rua Francisco Sá Carneiro, pela qual circula muito trânsito, o pavimento encontra-se bastante degradado; -----

- As obras solicitadas pelos proprietários do Alto do Serrinho, na Rua do Ribeirinho, ainda estão por iniciar; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Congratulou o executivo pelas obras de limpeza e de pintura por empreitada realizadas no posto médico da Praia do Ribatejo; -----
- = O Senhor Deputado **Eduardo Oliveira** usou da palavra para obter informação sobre os seguintes assuntos: -----
- Solicitou a informação sobre a possibilidade da retirada do quiosque localizado no Largo dos Plátanos; -----
 - Afirmou que os dois pavilhões camarários localizados no Parque não contribuem para a dignidade daquele espaço; -----
 - Felicitou a Junta de Freguesia de Tancos pela iluminação Natalícia; -----
 - Perguntou se a Câmara pertence ou não à ADIRN; -----
 - Questionou se a pavimentação da Rua D. Afonso Henriques faz parte de uma empreitada referida em tempos mas que ainda não se tinha concretizado; -----
 - Solicitou informação sobre a situação real a nível da saúde no concelho, se irão haver mais médicos para cobertura da totalidade da população com médico de família e se vão ser criadas unidades de saúde familiares; -----
 - Em relação ao fiscal único questionou se existe um para a Câmara e outro para o Centro de Negócios e se os pagamentos foram aqueles que estão indicados; -----
- Questionou quanto à situação financeira relativamente à Resitejo e qual a evolução futura em termos de ambiente no concelho, quanto a novos ecopontos, evolução ambiental e resultados da campanhas ambientais; -----
- Solicitou informação acerca do cumprimento do protocolo elaborado com a Cooperativa Nova União; -----
 - Apresentou o caso de um munícipe, seu amigo residente em Lisboa e com moradias não habitadas no concelho de Vila Nova da Barquinha e no Entroncamento, que lhe solicitou esclarecimento quanto à diferença do custo do consumo de água visto que no Entroncamento paga mensalmente menos de 1€ de consumo de água enquanto em Vila Nova da Barquinha paga 7,50€; -
 - Perguntou se havia alguma evolução relativamente à Ex BA3; -----
 - Questionou sobre o que se vai fazer relativamente a insegurança que se vive no concelho, no que respeita aos assaltos, no parque de estacionamento junto às piscinas, no cemitério e ultimamente em residências; -----
- = O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** questionou qual o ponto de situação do saneamento das Limeiras; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Interrogou qual a razão para que na localidade de Matos existir 200 metros de terra, junto à oficina do Sr. Bernardino, que persiste em não ser arranjado, quando existe dinheiro para tantas obras e para tantas festas. -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** questionou no sentido de saber qual o ponto da situação da documentação entregue pela Comissão de Trânsito da Atalaia, uma vez que em anterior sessão de Assembleia o Senhor Presidente referiu que não sabia o ponto da situação; -----

- Interrogou o Senhor Presidente da Câmara no sentido de saber qual a razão pela qual a Câmara não accionou o processo de criação de um grupo de intervenção permanente dos Bombeiros; -----

- Solicitou informações sobre o ponto de situação da Fundação Dr. Francisco Cruz; -----

- Questionou se vai haver intervenção na Rua Sá Carneiro, mais precisamente no Casal dos Cotovios, visto não integrar a listagem de ruas a serem intervencionadas; -----

- Por último desejou um abraço grande para todos e para as famílias um Bom Natal e um Bom Ano; -----

Foi atribuída a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados, tendo em resposta: -----

- Desejou votos de Boas Festas a todos os presentes; -----

- Referiu que anotou as questões colocadas pelos Senhores Deputados Ana Rita Inácio e Aníbal Júlio Rodrigues; -----

- Relativamente à localização da ETAR informou que a localização da linha de água não é determinante para a escolha da localização de uma ETAR, é o resultado da combinação de um conjunto de factores. Acrescentou que o local indicado, junto ao antigo lagar do Senhor Joaquim Custódio Vicente, permite drenar a maior parte das Limeiras sem necessidade de elevatórias e a possibilidade do Casal das Figueiras vir a fazer a drenagem para o mesmo local, informando que o projecto está a ser elaborado por um dos melhores projectistas em termos de saneamento. -----

Além disso comunicou que o projecto e a candidatura das Madeiras se encontram concluídos e será lançado concurso público quando houver financiamento, enquanto para as Limeiras existe um estudo prévio que será



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concluído nos primeiros meses de 2009, esperando uma oportunidade no âmbito do financiamento; -----

- Relativamente ao prolongamento da Rua Francisco Sá Carneiro, mais precisamente no Casal dos Cotovios, afirmou que é intenção da Câmara que inclui-la nas empreitadas previstas no empréstimo para a Reabilitação de Arruamentos e Estradas Municipais. Quanto à Rua do Ribeirinho, no Alto do Serrinho referiu que, pelo facto de ser uma intervenção pequena de simples regularização, irá ser executada por administração directa durante o mês de Janeiro; -----

- Relativamente ao quiosque dos Plátanos referiu que a Câmara chegou a acordo com a proprietária para alteração de localização mas, devido ao facto de ter sido fechado, está a proceder-se à sua retirada pois era uma ocupação de via pública que irá deixar de existir. Informou que não foi retirada mais cedo pelo facto de Associação de Pais de Vila Nova da Barquinha ter solicitado a utilização do espaço para a venda de Natal; -----

- Concorda que os pavilhões camarários referidos não têm a melhor imagem e que no âmbito de uma candidatura designada de mercado das artes ai serão instalados novos quiosques que atribuam outra dignidade às actividades.

- Referiu que a Câmara pertence à ADIRN bem como à TAGUS, duas Associações LEADER, mas que pretende ser integrada na região da TAGUS para efeito da gestão dos Fundos Comunitários e do PRODER, antigo Programa LEADER, visto a TAGUS ser uma associação com estratégia de desenvolvimento. Não obstante, a Câmara continuará a ser sócia da ADIRN; --

- Em relação à reabilitação da Rua D. Afonso Henriques mencionou que havia uma empreitada com projecto mas que não foi possível a sua execução por motivos de indisponibilidade financeira. Entretanto surgiu a oportunidade da sua integração no âmbito das obras de urbanização realizadas pelo promotor do loteamento que confina com Afonso Henriques; -----

- Referiu que a área da saúde no concelho de Vila Nova da Barquinha não se inclui nas piores situações considerando que existem concelhos em que os rácios são mais baixos e que, em termos de organização de Agrupamentos de Centro de Saúde, irá aumentar o número de utentes por médico de família; ---

- Relativamente ao Fiscal Único informou que o pedido foi feito em simultâneo para a Câmara Municipal e para a Sociedade Gestora do Centro de Negócios,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tendo ambas realizado a adjudicação à mesma empresa, no valor, respectivamente, de € 9.000 e € 1.000; -----

- Informou que o pagamento da dívida vencida à Resitejo irá ser concretizado na totalidade ainda no ano económico de 2008, pelo facto de estar previsto que o valor acordado com o Ministério da Defesa dê entrada na Câmara até ao final do ano. -----

- Informou que se perspectiva a duplicação dos ecopontos no ano de 2009 através de candidatura da Resitejo face ao acréscimo dos resíduos colocados nos ecopontos, o que representa um ganho ambiental e também financeiro face ao valor que se deixará de pagar pelo depósito em aterro. Salientou ainda que ocorreram dificuldades na gestão do sistema face à extensão dos percursos aquando da manutenção das pontes da Chamusca e da Praia do Ribatejo; -----

- Relativamente à Cooperativa Nova União referiu que o protocolo não foi dado como findo considerando que ainda não foi feita a escritura, sendo pretensão da Câmara dar cumprimento às várias obrigações previstas no protocolo durante os primeiros 6 meses de 2009. Mencionou que se trata de uma mais-valia para a Freguesia de Praia do Ribatejo face à carência de fogos e tendo permitido melhorar toda a zona envolvente; -----

- Relativamente aos € 7,50 da factura da água de quem não consome, referiu que há quem não consuma água mas utilize a recolha dos resíduos e tem a disponibilidade de uma rede com serviço e qualidade deve pagar por isso por uma questão de justiça. Mencionou que o facto de existirem cada vez mais furos faz com que exista um consumo menor na rede pública, tendo mesmo sido detectados casos de ligação do furo à rede pública. Informou que mesmo quando as habitações não têm moradores existe sempre o custo de manutenção da rede pública que lhe é disponibilizada; -----

- Em relação aos assaltos informou ser uma situação que preocupa a Câmara e que equaciona convocar uma reunião do Conselho Municipal de Segurança, nos primeiros meses de 2009, caso não se verifique um reforço do número de efectivos das forças de segurança locais, com a finalidade de realizar uma análise da evolução da criminalidade e da disponibilidade de meios técnicos e humanos; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Relativamente à questão colocada pelo Senhor Vítor Dias da Silva mais precisamente aos Matos mencionou que o Senhor Deputado não fez o trabalho de casa uma vez que se tivesse lido a documentação do ponto 6 da Ordem de Trabalhos verificava que todos os arruamentos de Matos estão incluídos na listagem de arruamentos previstos na Freguesia da Praia do Ribatejo; -----
- No que respeita ao trânsito e aos sinais na Freguesia da Atalaia informou que este assunto foi aprovado em reunião de Câmara, tendo já sido adquiridos os sinais, sendo apenas necessário determinar a sua colocação e a data da sua entrada em vigor, em princípio no início do ano de 2009; -----
- Em relação à questão dos Bombeiros referiu que a Câmara não aderiu à primeira fase de criação de grupos de intervenção permanente, manifestando que a Câmara está empenhada em tentar canalizar a comparticipação da Administração Central para fazer face a outras necessidades, nomeadamente, em termos de equipamento pessoal, de obras no quartel para criar condições aos bombeiros que se encontram de serviço. Informou que uma vez resolvidas as carências de equipamentos e das infra-estruturas se pretende equacionar a criação deste grupo de intervenção permanente. Realçou ainda que, com vista a colmatar as necessidades de pessoal, a Câmara tem vindo a disponibilizar os funcionários municipais quando exista a necessidade de prestarem serviço nos Bombeiros; -----
- Informou que a Fundação Francisco Cruz tem uma Administração Judicial e que os processos estão a decorrer na esfera judicial. Em relação a uma notícia publicada explicou que, em 2007, aquando da cessão da parceria entre a Câmara Municipal e a Fundação, esta última intentou uma providência cautelar pelo facto de a Câmara ter também cessado o contrato de comodato do Ex Hotel Rural quando terminou o Programa Progride. O Tribunal do Entroncamento considerou que não tinha competência para analisar a situação tendo o processo sido transferido para a competência do Tribunal Administrativo de Leiria. Os advogados da Fundação recorreram quanto a esta definição da competência, cujo resultado determinou que o Tribunal competente era o Tribunal do Entroncamento. Este assunto é extrínseco à Câmara Municipal pelo que a Fundação não ganhou nenhuma acção contra a Câmara. Referiu que a Santa Casa da Misericórdia é a promotora do CAT, estando o assunto resolvido com a Segurança Social; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor **Presidente da Assembleia** tomou da palavra para referir que os contentores de lixo já tiveram a sua época dando como exemplo, o caso de em certos locais de Lisboa onde a selecção de lixo é feita em contentores individuais contribuiu para que as zonas envolventes aos contentores se apresentem mais limpas. Em relação às zonas rurais mencionou que não existe uma mais-valia considerando que os residuos vegetais que eram eliminados nos quintais são agora colocados em contentores. -----

---- **De seguida foi dada novamente a palavra aos Senhores Deputados que realizaram as seguintes intervenções:** -----

= O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** tomou a palavra para afirmar que muito tempo de permanência no poder faz mal, porque torna as pessoas mais megalómanos e menos humildes, pois há muitos anos que o arruamento das Limeiras ficou ofensivamente por pavimentar, afirmando que uma coisa é estar no papel e outra é a sua concretização e que o Partido Socialista tem essa característica. Referiu que o grau de execução orçamental da Câmara é tão baixo que possivelmente será mais um ano sem esta e outras execuções; --

= A Senhora Deputada **Ana Rita Lopes Inácio** referiu que não coloca em causa a credibilidade dos técnicos, mas como técnica sabe como os estudos prévios são feitos e por isso alertou para a situação antes de se passar ao projecto de execução. Afirmou saber que o facto da linha de água não ter caudal não é determinante, mas que em sua opinião é preocupante o facto de, junto às duas albufeiras do Senhor Joaquim Custódio Vivente, estarem cerca de 50 metros assoreados onde não existe linha de água; -----

= O Senhor Deputado **Benjamim Abalada Reis** tomou da palavra para explicar que a Cooperativa Nova União foi formada através da Raiocoop com o intuito de fixar na freguesia os trabalhadores da referida empresa que se estavam a deslocar para outras zonas fora do concelho. Referiu que já se encontram concluídos os blocos e os arruamentos previstos no protocolo, no qual a Nova União cede à Câmara um apartamento e o arranjo de duas lojas em contrapartida pela cedência de terreno. Mencionou que estão abertas inscrições para os sócios, tendo-se inscrito seis, e que logo que concretizadas as primeiras vendas e respectivas escrituras serão disponibilizadas verbas para arranjar as lojas, visto que este projecto não foi feito com fins imobiliários



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de lucro mas para venda a preços controlados. Referiu que a Câmara poderá fazer a escritura do apartamento quando o entender. -----

Tomando novamente a palavra o Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: -----

- Relativamente aos Resíduos Sólidos Urbanos considera que se trata de uma situação que não é fácil resolver, que se agrava quando falta a colaboração dos próprios Municípios, como é o caso da recolha dos monstros. Referiu que é importante a duplicação dos ecopontos porque os comportamentos no âmbito dos resíduos em locais de grande densidade ou em locais de pequena densidade são diferentes; -----

- Relativamente à Rua dos Matos mencionou que todos os anos é inscrita no Orçamento uma rubrica para estradas e arruamentos do concelho e que este ano existe efectivamente pedido de empréstimo de 400.000 euros que inclui uma relação nominal das ruas que se pretendem intervencionar. -----

--- Nesta altura, o Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados nos termos regimentais a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, que foi aprovada por unanimidade. -----

---- Não havendo inscrições o Senhor Presidente da Assembleia colocou à apreciação a Ordem de Trabalhos. -----

--- Após solicitação os Senhores Deputados referiram o seguinte sobre a Ordem de Trabalhos: -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** perguntou qual a razão do ponto 2, Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, vir à Assembleia pois deveria haver uma explicação e não serem apenas apresentados os estatutos, pois não se sabe se é para conhecimento ou para discussão como sucedido em anterior Assembleia; -----

- Em relação ao ponto nº3 mencionou que deveria ser proposta de alteração e não aprovação da alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição de Títulos Honoríficos e sua designação; -----

= O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** interrogou o Senhor Presidente da Assembleia no sentido de saber se a Câmara cumpriu a Lei nº24/1998 que aprova o Estatuto de Direito de Oposição, que obriga a que a Câmara oiça os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Partidos Políticos na prévia discussão do Orçamento e Plano de Actividades Municipal; -----

Em resposta ao Senhor Deputado Vítor Dias da Silva o senhor **Presidente da Câmara Municipal** informou que antes de estar concluído o orçamento, foi enviada carta para os partidos Políticos representados na Assembleia Municipal, a CDU e o PSD, e no qual só compareceu a CDU. -----

--- De seguida, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou à votação a Ordem de trabalhos, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **Ponto Um – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea e) do nº1, do art. 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro.** ----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar a informação da actividade municipal ao abrigo da alínea e) do nº1, artigo 53º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **(vide anexo 2)** -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** colocou à consideração dos Senhores Deputados a dispensa da apresentação da Informação Escrita pelo Senhor Presidente da Câmara, pelo tempo que se perde na sua leitura. Foram várias as intervenções dos Senhores Deputados a favor da leitura pelo facto de muitas sessões terem a presença de público. -----

Após as inscrições, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Deputados da Assembleia Municipal: -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** tomou a palavra para colocar as seguintes questões: -----

- A que se refere o projecto de investimento aprovado a 10 de Setembro, mencionado na página 2; -----

- Se a empresa Águas do Centro é a responsável pelo tratamento das águas em alta; -----

- Referiu ainda que a CDU mostrou algumas reservas quanto à adesão à Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo porque não sabia como iria ser o seu funcionamento. Afirmou que é positivo que as Câmaras colaborem e realizem projectos em conjunto tendo em conta que são Municípios Ribeirinhos do Tejo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** referiu que o problema das listas é complicado visto que uma coisa é a listagem que ainda vai ser aprovada em orçamento, ou outra coisa é a execução orçamental, como foi o caso da Rua D. Afonso Henriques que apesar de aberto e adjudicado concurso, depois a obra não foi executada. Realçou o facto do anúncio de aprovação de uma candidatura do Centro de Negócios, a Transportadora Turquelense, na informação escrita de Dezembro de 2007, voltar a ser anunciado e repetido nesta informação escrita, bem como o alargamento do Centro de Negócios. Por outro lado, felicitou a Câmara por caminhar noutro sentido, lançando mão de organizações a nível nacional que possam trazer outras empresas para o concelho. Além disso, interroga-se se o executivo camarário tem capacidade para executar todos estes projectos / investimentos no montante de 786 mil euros, o dobro do empréstimo a ser aprovado para a reparação de arruamentos. Solicitou informação sobre o número de empresas que se encontram em funcionamento e quantas vão entrar em laboração no Centro de Negócios. Relativamente ao orçamento de 2008 mencionou que a execução se encontra em menos de 60% dos 9 milhões de euros previstos e que as dívidas a terceiros representam cerca de € 5 milhões. Chamou a atenção para o facto de não ter obtido resposta à questão sobre a Ex - BA3. -----

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** desejou as Boas Festas a todos os que acompanharam as sessões durante o ano de 2008, assim como aos funcionários que dão apoio à Assembleia Municipal e ao Executivo Camarário;

- Referiu que a informação escrita apresenta um projecto que abre as portas e oferece um vislumbre do futuro que pode ter o concelho de Vila Nova da Barquinha, por um lado trás um incentivo à área do desporto e um forte investimento na área da educação em termos de equipamento, criando condições para que o futuro dos nossos jovens e crianças possa ser mais sólido, e, por outro lado, permite criar oportunidades de investimento. -----

- Afirmou que apesar da crise que o país está a atravessar os investimentos continuam a crescer no Centro de Negócios, sendo uma evidência de que se trata de um investimento bem conseguido. -----

- Mencionou que representa um impulso na atractividade turística do concelho, quer através dos investimentos previstos ao nível do Parque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ribeirinho, Mercado das Artes, Percursos Ribeirinhos, etc..., quer ao nível dos investimentos na maravilha do concelho, o Castelo de Almourol. -----

- Concluiu que para que esta porta de futuro se abra são necessários elevados investimentos, os quais devem ser ponderados num plano financeiro, em termos de fontes de financiamento, dos seus encargos e planos de amortização, e qual o seu impacto nas gerações actuais e vindouras, e como é que os seus custos podem afectar a capacidade de cumprimento dos compromissos do Município. -----

Por outro lado, terminou afirmando a necessidade de aproveitar este último Quadro Comunitário de Apoio para potenciar a competitividade das empresas e das qualificações profissionais; -----

--- Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados, tendo em resposta: -----

- Esclareceu que o clico da água em “alta” se refere ao processo da água até ao depósito, enquanto o ciclo do saneamento em “alta” é a ETAR. A “baixa” são as redes, que no caso das águas é desde a saída do depósito até às torneiras e no caso do saneamento é desde o ramal de esgoto até à entrada da ETAR e Estações Elevatórias. Informou que a Câmara decidiu que a rede em “alta” passa a ser gerida por um sistema multimunicipal, as Águas do Centro, à qual formalmente ainda não pertencemos, e que na rede em “baixa” vão ser concedidos financiamentos, em princípio, aos Municípios que decidam verticalizar o sistema, ou seja, existir uma única entidade que detenha as duas redes. Referiu que se o financiamento depender disso a Câmara terá de fazer os investimentos na rede das Madeiras e Limeiras; -----

- Em relação às estratégias de eficiência colectiva informou que há muita documentação sobre isso nas Internet, que podem ter várias componentes a nível das entidades das regiões de turismo do ponto de vista formal. Referiu que estes concursos abrem publicamente para que os diversos agentes criem dinâmicas locais de parcerias, visto que os Fundos Comunitários são mais para os privados do que para os públicos. Informou que foram realizadas reuniões onde foram convidadas Câmaras desde Benavente até Vila Velha de Ródão e criou-se o líder que foi a Tagus e que não é por falta de empenhamento ou vontade que a Câmara vai passar ao lado de financiamentos; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Relativamente ao empréstimo desafiou o Senhor Deputado Eduardo de Oliveira a indicar a lista de investimentos para os quais tenha sido solicitado empréstimo bancário e que não tenham sido concretizados. -----
- Informou que o conteúdo constante da informação escrita não é o mesmo de há um ano atrás. Por outro lado, a Câmara está a fazer as escrituras com as empresas para o Centro de Negócios quando estas apresentam projectos concretos aprovados que tenham viabilidade e que estejam vinculados à concretização do projecto. Com esta finalidade, a Câmara tem direito de retorno sobre os lotes caso não se concretize o projecto, para o que regista na Conservatória do Registo Predial uma reserva de propriedade até a emissão da licença de utilização. Mais informou que já se deu o caso em que se tentou fazer uma garantia real sobre um bem vendido no Centro de Negócios e a Câmara teve sucesso à oposição que colocou a esse ónus. Para terminar realçou que a informação escrita de 2008 refere que houve a aprovação de um projecto e que a actual informação escrita que foi feita a escritura de venda de um terreno; -----
- Referiu que não são apenas 6 milhões, alguns projectos ainda não estão quantificados, lembrando que a Câmara está a preparar o período do Quadro comunitário de Apoio IV até 2013/2015, salientando que no anterior QCA III a foi realizado um investimento na ordem dos 20 milhões de euros. Afirmou que o executivo deve ter uma visão e uma ambição para o concelho, sendo necessário um equilíbrio entre as necessidades do quotidiano e os projectos estruturantes que nos podem transportar para um patamar de desenvolvimento superior. Por fim informou que, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio, está prevista a transformação em arruamento da Estrada Nacional 3; -----
- Relativamente às empresas instaladas no Centro de Negócios informou que existe uma concluída a laborar, a Batadec – empresa de produtos dentários, um representante da Caterpillar que está com um stand em fase final de acabamentos, a Serralharia A. Domingos que vai mudar a sua sede social para o concelho de Vila Nova da Barquinha, que também se encontra na fase final de acabamentos, e ainda duas empresas, a Bionalitica na área laboratorial e outra empresa na área do mobiliário designer, estando a ser executada a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

escritura e sendo expectável que as empresas que celebraram escrituras de compra e venda comecem a construir no início do ano; -----

- Em relação aos 5 milhões de dívida a terceiros, informou que o Senhor Deputado está a confundir o que a Câmara consumiu no mês passado em gás para as piscinas e ainda se encontra em dívida, com o empréstimo bancário que está estruturado e que se vai pagando nos devidos prazos de amortização do capital e os juros respectivos; -----

--- De seguida foi dada novamente a palavra ao senhor Deputado que realizou a seguinte intervenção: -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** referiu que só existe uma empresa em funcionamento no Centro de Negócios passados estes anos e que há hipótese de 4 entrarem em funcionamento este ano e uma que não se sabe quando; -----

- Salientou que a dívida a terceiros são de 5 milhões e perguntou a quantos meses a Câmara está a pagar aos fornecedores; -----

- Em relação ao Desporto mencionou que a Câmara já teve um vereador do Desporto e que pouco se fez nesta área no concelho e sugeriu que se houver falta de capacidade no executivo camarário que se encontra disponível para participar, mas não em termos de desafio; -----

- Em relação aos empréstimos afirmou que o primeiro empréstimo que se fez na Câmara quando era vereador nem tinha relação de obras, não se sabia para que finalidade era o empréstimo; -----

- No que se refere às empresas do Centro de Negócios reafirmou que o conteúdo da informação escrita do Senhor Presidente de 2008 é exactamente o que está expresso na informação escrita de hoje; -----

- Em relação à ambição referiu que tem pena que o concelho não tenha mais capacidade para ter ainda mais, mas que os Municípios precisam de pequenas obras que lhe facilitam e aumentam a qualidade de vida, concordando com o afirmado pelo 2º secretário da mesa quanto à necessidade de um estudo sobre a questão financeira; -----

--- Foi novamente concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados, tendo em resposta: -----

- Referiu que o tempo médio de pagamento para a Câmara de Vila Nova da Barquinha é actualmente de 112 dias; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Mencionou que não tem a visão de que o executivo é a dono da verdade, que não responde aos desafios, e afirmou que o Senhor Deputado pode dar contributos nos mais diversos assuntos, tal como no desporto, tendo sido para isso que foi eleito para a Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto Dois – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.** -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** tomou da palavra para apresentar aos Senhores Deputados este ponto: -----

- Informou que a documentação entregue consiste nos estatutos da constituição da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. As alterações propostas em anterior Assembleia Municipal por questões burocráticas não puderam ser aprovadas na última Assembleia da Comunidade Urbana e apenas irão ser tratadas na próxima sessão da Assembleia. Mencionou que foi uma situação confusa pelo facto da Junta da Comunidade Urbana não ter funcionado como devia, uma vez que as propostas de estatutos deveriam ter sido primeiramente aprovados na Assembleia da Comunidade Urbana e apenas posteriormente submetidos a aprovação das Assembleias Municipais, o que não sucedeu visto que algumas apresentaram propostas de alterações que não poderiam apresentar. Sendo assim, informou que a documentação entregue corresponde aos estatutos aprovados que irão ser rectificadas na próxima reunião. Informou que contestou a legitimidade do Orçamento e o Plano de Actividades apresentado na Assembleia da Comunidade Urbana, mas foi comunicado que teria ser assim para garantir a continuidade e que a votação a favor foi realizada na condição de ratificação destes documentos em reunião da futura Assembleia Intermunicipal. -----

----- **Ponto Três – Aprovação da alteração ao Regulamento Municipal de atribuição de Títulos Honoríficos e sua designação.** -----

= O Senhor **Presidente da Câmara** tomou da palavra para apresentar aos Senhores Deputados este ponto: -----

- Referiu que já tinha manifestado intenção de não alterar as condições de atribuição da chave de honra do Município e da medalha de honra do Município, que são os títulos principais, mas alterar as condições de atribuição das medalhas de mérito, de serviço público e de bons serviços passando a sua atribuição aprovada por maioria simples em vez da actual maioria qualificada. Explicou esta alteração pelo facto de uma maioria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

qualificada inibir a existência de uma proposta pelo facto de ser preferível não ter medalha do que ser sujeito ao vexame público de lhe ser recusada uma medalha. Mencionou que não se deve ter o complexo de reconhecer mais pessoas que se realçam na vida comunitária no concelho de Vila Nova da Barquinha. -----

De seguida foi dada a palavra aos Senhores Deputados para expor o seguinte: -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** salientou que em parte não concorda e mencionou que a intervenção do Senhor Presidente é um contra senso. Concordava que a medalha Municipal de Serviço Público e a medalha Municipal de Bons Serviços fosse maioria simples mas não a medalha Municipal de Mérito por uma questão de dignificação da pessoa ou entidade que a merece, na sua opinião, deve ser por maioria qualificada e simples. -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** referiu não se deve vulgarizar atribuição das medalhas. Salientou que concorda que a atribuição da medalha de Honra do Município seja aprovada por um mínimo de dois terços, assim como a Chave de Honra e que sendo uma pessoa de reconhecido valor deve existir um consenso que permita alcançar a maioria qualificada que trará maior gratificação ao próprio. Sendo assim propôs que o regulamento se mantivesse inalterado. -----

= O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** confirmou os argumentos apresentados pelos anteriores deputados. Referiu que as medalhas atribuídas anteriormente foram aprovadas por unanimidade e que esta alteração ao regulamento resulta da rejeição de uma medalha proposta em anterior Assembleia pelo facto de o mérito dever ser amplamente reconhecido e não maioritariamente uma vez que assim perde mérito e que para a Câmara é um mérito atribuí-la com esse significado. Mencionou que a atribuição por maioria é vulgar e corriqueira, não distinguindo nem valorizando quem a recebe. -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** tomou novamente a palavra para referir que não se recorda de ter votado nalguma medalha a não ser a do senhor João Caetano e salientou que a atribuição não deve ser vulgarizada e quem deve receber uma medalha deve ter um reconhecimento da maioria ou grande parte da Assembleia ou de outro órgão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tomando novamente a palavra o Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: -----

- Mencionou que ao mérito amplamente reconhecido ou unanimemente reconhecido é atribuída a medalha de honra e a chave de honra para as quais não há alteração. Questionou que se o concelho não pode atribuir a medalha de mérito desportivo a um campeão regional de canoagem ou a um campeão de uma modalidade que os membros da Assembleia podem até não conhecer. Assim, afirmou ser necessária uma graduação da amplitude de votação necessária para os diferentes escalões de mérito e que a análise comparativa de outros regulamentos permitiria verificar que a Câmara tem maioria mais qualificadas para atribuir as várias medalhas. -----

Foi dada novamente a palavra aos senhores Deputados que expuseram o seguinte: -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** referiu que aceita a atribuição da Medalha de Serviço Público e da Medalha Municipal de Bom Serviço por maioria simples porque considera que não tem elementos de referência suficientes para avaliar o desempenho dos funcionários. -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** referiu que aceita a atribuição da Medalha Municipal de Serviço Público e de Bons Serviços por maioria simples, enquanto as restantes deverão ser atribuídas por maioria qualificada e que o Presidente da Câmara não deveria influenciar a Assembleia Municipal. Referiu que participou na elaboração do Regulamento e que este foi devidamente ponderado e aprovado por consenso, sugerindo que votará a favor da proposta se for retirado artigo 4º, caso contrário votará contra. -----

= O Senhor Presidente da **Assembleia Municipal** referiu que a Medalha de Serviço Público e de Bons Serviços não pertence à Assembleia, mas sim à Câmara Municipal. Assim, esclareceu que a Assembleia detém 3 processos de atribuição de títulos honoríficos que são a Chave e a Medalha de Honra do Município e a Medalha Municipal de Mérito, defendendo que não seria correcto a colocação das 3 medalhas ao mesmo nível visto que a Medalha Municipal de Mérito não tem a mesma dignidade que as outras 2 medalhas. A Medalha de Honra do Município destina-se a homenagear entidades colectivas ou singulares por serviços excepcionais enquanto a Medalha de Mérito distingue um contributo no campo social, cultural, económico, humanitário ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desportivo. Solicitou aos Senhores Deputados que tem de existir o bom censo da não colocação de todas as distinções ao mesmo nível.

= O Senhor Deputado **Valter Caldeira** questionou qual a razão pela qual os membros da Assembleia não receberam convites para a entrega da medalha ao Senhor João Caetano e se foi feito com algum formalismo. -----

= O Senhor Presidente da **Assembleia Municipal** explicou que foi feito com formalismo aproveitando-se a ocasião de um movimento espontâneo da comunidade que organizou a homenagem ao Senhor João e daí ter-se realizado a entrega da medalha nesse evento. -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** referiu que ficava bem ao Senhor Presidente da Assembleia ter comunicado aos membros da Assembleia que iria realizar a cerimónia de entrega da Medalha ao Senhor João Caetano. -----

----- Tendo sido colocada à votação a alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição de Títulos Honoríficos e sua designação, esta foi aprovada por maioria com 11 votos a favor dos Deputados Rui Monteiro Picciochi, Ana Rita Inácio, José Maria Chambel, Paulo Constantino, Benjamim Reis, João Manuel Gralha, Cleide Santos, Aníbal Rodrigues, Júlio Barata, Fernando Aparício, Manuel Cardoso do PS, 5 votos contra dos Deputados Eduardo de Oliveira, Vítor Dias da Silva, Maria Paula Valente, Valter Caldeira, do PSD, e João Filipe Ricardo da CDU. -----

-----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** apresentou Declaração de Voto da qual consta o seguinte: “Considerando o único argumento apresentado na proposta, estas exigências não se justificam, a afirmação / argumento lembra-me outros tempos e não imaginava que pode-se ser utilizada pelo Senhor Presidente da Câmara. O entendimento em que o Regulamento em vigor foi aprovado por consenso e na altura devidamente ponderado a maior dignificação das entidades colectivas ou singulares a quem foi ou será atribuída a distinção com o sistema em vigor. O anteriormente escrito poderá evitar a partidarização das distinções e podendo entender enfim o referente aos artigos 5º e 6º conforme minha intervenção não me é possível concordar com as alterações propostas pelo que o meu voto é contra.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Ponto Quatro – Pedido de autorização para lançamento de Derrama para o ano de 2009.** -----

O **Senhor Presidente da Câmara** tomou a palavra para informar os Senhores Deputados acerca deste ponto, tendo informado que a derrama a aplicar é igual a 2008, ou seja, 10% abaixo do máximo para as grandes empresas e 20% abaixo do limite máximo para as pequenas e médias empresas, para aquelas que tiverem um volume de negócios até 150.000 euros, mantendo um elemento diferenciador com taxas inferiores às praticadas nos concelhos limítrofes. -----

De seguida foi dada a palavra aos Senhores Deputados para expor o seguinte: -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** salientou que compreende que a Câmara tenha interesse nestas verbas e, de igual modo que no ano anterior, irá votar novamente contra face ao agravamento da situação dos empresários. Mencionou que a Associação Nacional dos Municípios Portugueses declarou que estava a apoiar não só às famílias mas também as empresas e que pretendia um mais atempado pagamento às empresas, bem como a redução da Derrama para o ano 2009 considerando a sua actual situação financeira. --

= O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** referiu que o lançamento da Derrama agrava a situação das empresas, sendo insustentável sobrecarregá-las, e que, sendo uma verba pequena, a Câmara a poderia deixar de cobrar para apoiar as pequenas empresas que dão emprego, considerando que não se justifica a aplicação da derrama no concelho de Vila da Barquinha. -----

----- **Tendo sido colocada à votação o pedido de autorização para lançamento de Derrama para o ano de 2009, esta foi aprovada por maioria com 11 votos a favor dos Deputados Rui Monteiro Picciochi, Ana Rita Inácio, José Maria Chambel, Paulo Constantino, Benjamim Reis, João Manuel Gralha, Cleide Santos, Aníbal Rodrigues, Júlio Barata, Fernando Aparício, Manuel Cardoso do PS, 4 votos contra dos Deputados Eduardo de Oliveira, Vítor Dias da Silva, Maria Paula Valente, Valter Caldeira do PSD e 1 abstenção do Deputado João Filipe Ricardo da CDU.--**

-----**Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Ponto Cinco – Pedido de autorização para Fixação da Participação o IRS para o ano de 2009.** -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar aos Senhores Deputados este ponto: -----

O Senhor **Presidente da Câmara** lembrou que, aquando da discussão sobre o lançamento da derrama, se comprometeu a repercutir o ganho obtido na aplicação da derrama numa redução do IRS. Referiu que o Município pretende que o esforço para o crescimento económico, para o desenvolvimento das empresas no concelho, se pudesse repercutir não apenas sobre as empresas, mas sobre todos cidadãos e todos aqueles que pagam IRS. Relativamente à representação variável de 5% esclareceu que a Câmara recebe uma transferência do orçamento de estado a título de FEF, que inclui esta parcela de 5% sobre o IRS. Informou que a Lei permite dispor de uma parte destes 5%, que representa cerca de 200 mil euros do valor geral do FEF, a Câmara abdica 10% desse valor que corresponde ao valor de acréscimo de receita que resulta da aplicação da Derrama. Prevê-se que em 2009 os 10% “custem” à Câmara uma descida da receita por volta dos 21/22 mil euros, que são compensados pelos 24 mil euros que estão a receber de Derrama. Em termos futuros, continuarão a reduzir o IRS e asseverou que o crescimento da Derrama determinará o crescimento da comparticipação variável do IRS de que a Câmara abdicará em favor dos cidadãos do concelho. -----

--- **De seguida foi dada a palavra aos Senhores Deputados que realizaram as seguintes intervenções:** -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** referiu que este tipo de proposta é um pau de dois bicos para a Câmara porque esta poderia abdicar da totalidade desta receita para não prejudicar mais o contribuinte e este sempre poderia receber um maior reembolso de IRS. Mencionou que esta Lei veio transferir para as autarquias o odioso da decisão sobre a taxa de IRS a aplicar e retirar-lhes verbas que geriam melhor que o Governo, colocando-as numa situação incómoda, mas que vai votar a favor. -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** referiu que, há um ano, no período antes da ordem, manifestou a expectativa que a Câmara pudesse oferecer uma prenda aos Munícipes e que o Senhor Presidente da Câmara vem agora cumprir o compromisso assumido no ano anterior, mas que esta medida



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

poderia ter sido tomada no ano anterior para beneficiar as famílias. Mencionou que este benefício deveria ser atribuído de maneira diferente, por escalões de rendimento, ou seja, quem menos recebe deveria ter um benefício maior. Informou que votará a favor embora considere que a Câmara deveria fazer um esforço maior e abdicar de 1% como fizeram a maioria das Câmaras.

----- Tendo sido colocada à votação o pedido de autorização para Fixação da Participação no IRS para o ano de 2009, esta foi aprovada por unanimidade. -----

----Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

----- Ponto Seis - Pedido de autorização para contracção de um empréstimo até ao montante de 400.000,00€, destinado à Reabilitação de Arruamentos e Estradas Municipais. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para informar os Senhores Deputados que na informação escrita teve a oportunidade de identificar os projectos sobre os quais existe uma expectativa razoável de candidaturas a Fundos Comunitários, mas existe um conjunto de arruamentos sobre os quais tem vindo ser expressa a necessidade da sua reparação, quer pela Assembleia Municipal, quer pelas Juntas de Freguesia, para os quais, não existindo a possibilidade de candidatura a Fundos Comunitários num curto/médio prazo, se solicita empréstimo no valor de 400 mil para a realização da listagem de arruamentos constante da informação, apesar de esta poder sofrer algumas ligeiras alterações. Referiu que o empréstimo não é excepcionado para efeitos da capacidade de endividamento ao contrário do conjunto de empréstimos que a Câmara prevê apresentar na Assembleia Municipal de Fevereiro quando este tiver o visto do Tribunal de Contas. Mencionou que a Câmara prevê um conjunto de empréstimo para todas as candidaturas que vierem a ser aprovadas nos Fundos Comunitários que serão excepcionados em termos da capacidade de endividamento ao contrário do presente empréstimo, facto que conduz a que seja do interesse do Município que este empréstimo seja solicitado em primeiro lugar. -----

De seguida foi dada a palavra aos Senhores Deputados para expor o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= O Senhor Deputado **Vítor Dias da Silva** referiu que concorda com os empréstimos uma vez que são a única forma de antecipar alguns investimentos que são requeridos, urgentes e indispensáveis. Discorda com os prazos de contratação dos empréstimos porque para arruamentos o período de “vida” são de 10 anos e estar a contratar empréstimos para além desse período, que ao fim de 10 anos necessita de novos investimentos, é contrário a uma filosofia de empréstimo para antecipar o bem. Mencionou que dividir o empréstimo por tanto tempo é projectar uma dívida do Município para além do razoável, durante 17 anos. Informou que se vai abster na sua votação. -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** referiu que quando da reunião com o Senhor Presidente da Câmara foi possível falar deste assunto e que este o informou que se existisse a hipótese de arranjar as pequenas obras com Fundos Comunitários que o faria. Referiu que por vezes existe algum desfasamento e desequilíbrio de desenvolvimento nalgumas zonas do concelho, visto que alguns sítios das Limeiras carecem de muitas melhorias. Mencionou que alguns sítios estão mencionados na informação escrita do Senhor Presidente e também estão mencionados no Plano de Actividades. Questionou o facto de nalguns arruamentos estar mencionado parte da rua e noutras não e sugeriu que a Rua da Capela, assim como algumas ruas do Cardal, todas tivessem manutenção devido ao seu estado de danificação. Referiu que vai votar favoravelmente pois acredita que todas as reabilitações de arruamentos sejam cumpridas. Mencionou o facto do discurso do Senhor Presidente ser o mesmo do ano anterior e interrogou-o sobre a razão pela qual não solicitou a contracção de empréstimo para a reabilitação de arruamentos há 2 ou 3 anos atrás e o solicita agora quando a crise é maior. -----

= O Senhor **Presidente da Assembleia** referiu que esta é a melhor altura, pois na altura de crise é que se devem lançar obras. -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** informou que subscreve a intervenção do Senhor Deputado Vítor Dias da Silva. Mencionou que não votará contra uma vez que durante anos solicitou que estas ruas fossem reparadas e conhece as dificuldades da Câmara. Questionou sobre a razão pela qual a informação proposta de reabilitação de arruamentos não ser igual à transcrita no Plano de Actividades. Mencionou que esta não é a melhor altura para a contracção de empréstimo, uma vez que um banco não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apresentou proposta e outro apresentou um *spread* de 3,5%, e interrogou-se sobre a razão de ser em 2009 que se concretizaria. -----

---Foi atribuída a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados, tendo em resposta: -----

- Em relação ao prazo de 15 anos do empréstimo referiu que este inclui os dois de deferimento. Discorda com a afirmação de que este investimento tem uma duração de 10 anos, considerando que esta resulta do facto do Senhor Deputado Vítor Dias da Silva estar traumatizado com as suas intervenções nos arruamentos na freguesia da Moita do Norte onde passados 4 anos estavam a necessitar novamente de intervenções, contrapondo que existem ruas com 10 anos em boas condições e que ainda estão para durar mais 10 anos, tendo dado como exemplo da Estrada do Cardal realizada em 1998, a transformação em arruamento. Informou que se trata de intervenções que têm uma duração muito maior e que os próximos empréstimos a serem contratados, para a área educativa e para a Estrada Nacional 3, o prazo será de 20 anos. Relativamente a algumas partes de rua serem reabilitadas deve-se ao facto de nalgumas partes existirem casas e noutras vegetação como seja o caso dos Matos, bem como na Rua da Capela na Atalaia. Informou que a contracção de empréstimos apenas se concretizou este ano por se ter esgotado a possibilidade de candidatura a Fundos Comunitários. Referiu que os preços são diferentes visto que a Câmara já comprou dinheiro a 0,1% e actualmente comprar a 1,1%, mas se considerarmos que a taxa de referência em Outubro se encontrava em 5,5%, enquanto hoje é de 3,2%, verificamos que o acréscimo de *spread* é compensado pela redução da taxa de referência, não tendo efeito, em termos globais, no custo do dinheiro. -----

----- Tendo sido colocada à votação o pedido de autorização para contracção de um empréstimo até ao montante de 400.000,00€, destinado à Reabilitação de Arruamentos e Estradas Municipais, esta foi aprovada por maioria com 13 votos a favor dos Deputados Rui Monteiro Picciochi, Ana Rita Inácio, José Maria Chambel, Paulo Constantino, Benjamim Reis, João Manuel Gralha, Cleide Santos, Aníbal Rodrigues, Júlio Barata, Fernando Aparício, Manuel Cardoso do PS, da Deputada Maria Paula Valente do PSD e João Filipe Ricardo da CDU e 3 abstenções



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos Deputados Eduardo de Oliveira, Vítor Dias da Silva e Valter Caldeira do PSD. -----

---Este ponto da acta foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

----- Ponto Sete – Discussão e Aprovação dos documentos Previsionais de Gestão para 2009 – Orçamento e Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal. -----

O Senhor **Presidente da Câmara** tomou a palavra para informar os Senhores Deputados acerca deste ponto; -----

O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que ao longo dos seis pontos da Ordem de Trabalhos, se discutiu alguns elementos significativos dos investimentos base do Plano Plurianual de Investimentos, cujo elemento determinante é o ano de 2009 ser, não nas candidaturas, não nos regulamentos, mas no terreno, o ano de início do QREN. Mencionou que a Câmara definiu, há 3 anos atrás, como primeira prioridade a Educação, aprovou a Carta Educativa, começou a trabalhar nos projectos para a sua concretização, que se encontram em fase de adjudicação, como o Centro Escolar de Ciência Viva que é um investimento no valor de 4 milhões de euros para se concretizar nos anos 2009/2010. De igual modo, informou que existe também o projecto de transformação em arruamento da EN3, um projecto fundamental para a nova imagem de entrada do concelho, onde se inserem as 3 freguesias urbanas, Vila Nova da Barquinha, Moita do Norte e Atalaia. Referiu também o arrelvamento do Campo de Futebol da Atalaia, a remodelação dos balneários, transformando esta área numa zona desportiva municipal com cerca de 5,5 hectares. Comunicou a ambição da tematização na sede de concelho do Parque Ribeirinho em torno do Mercado das Artes, desenvolvendo um projecto cultural num espaço que marque a escultura contemporânea com os seus principais nomes, desde os anos 70 até aos dias de hoje, com exposições temporárias por via de acordos com a Fundação PT, a Fundação EDP e a Fundação Calouste Gulbenkian, e onde os escultores possam apresentar as suas obras e colocá-las à venda. Neste âmbito, informou ainda que o edifício antigo da Câmara será integrado neste projecto para ser recuperado, com o seu rés-chão a funcionar como loja do museu e como posto de turismo para a apresentação do projecto e do concelho, bem como a antiga



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

casa da Hidráulica que será envolvida no projecto. Referiu que algumas intervenções que não têm Fundos Comunitários, tais como o caso da zona envolvente ao Centro Escolar, a estrada paralela à EN3, e que, no campo da educação, a Câmara irá fornecer quadros interactivos iguais aos existentes nas salas do 1º ciclo da Praia do Ribatejo, visto que o investimento que estava previsto em computadores se encontra ultrapassado pela atribuição dos computadores Magalhães. Informou que a Câmara adquiriu uma viatura de limpeza urbana em regime de Leasing, estando a ser realizada uma experiência com uma viatura alugada. Mencionou que existem projectos que não têm expressão no Plano mas que são para se concretizar no terreno, quer a nível do ambiente, sendo projectos desenvolvidos pela empresa Águas do Centro, alguns já em concurso público, quer ao nível dos equipamentos sociais, as duas candidaturas no âmbito do projecto PARES, a construção de um lar e residência autónoma para deficientes de Paralisia Cerebral e Centro de Dia e Creche na Atalaia. Em relação ao Centro de Dia das Madeiras informou que se encontra em fase final de arquitectura mas que se trata de um projecto que não terá concretização física durante o ano de 2009. Informou que o projecto de requalificação da Escola D. Maria II se prevê seja concretizado nos anos de 2010/2011, com um investimento estimado de 3 a 3,5 milhões de euros. Caracterizou o período vindouro como semelhante aos anos de 2003 e 2004, com uma elevada concentração de investimentos num curto espaço de tempo e um crescimento consciente e responsável do endividamento do Município em função dos grandes projectos referidos. Por último, no âmbito das despesas correntes referiu que está reflectido o contrato de execução com o Ministério da Educação, o qual aumenta a despesa corrente em cerca de 1 milhão de euros. -----

--- Após inscrições para intervenção, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Deputados da assembleia Municipal: -----

= O Senhor Deputado **João Filipe Ricardo** referiu que os Planos de Actividades de todas as Câmaras são uma luta pelos dinheiros dos Fundos Comunitários e que se passa por cima dos documentos que vão fazendo tornando-os como meras formalidades. Referiu que são intenções mas que estão sempre dependentes dos Fundos Comunitários. Mencionou que existem situações enunciadas no Plano de Actividades que já vêm de anos anteriores e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

às quais se continua a fazer referência. Congratulou a Câmara pelo facto da Estrada de Vale Seixo estar englobada na lista de Reabilitação de Estradas e Arruamentos, realçando que não devia ser esquecida a estrada que faz a ligação da A23 a Tancos, que é um destino que segue para a Roda, Tomar e que pode valorizar o Castelo de Almourol. Mencionou que deveria ser executada a reabilitação da Rua 1º de Dezembro questionando se esta se encontra englobada no projecto do Vale da Loura, bem como a estrada localizada por trás do Cemitério da Moita do Norte; -----

= O Senhor Deputado **Valter Caldeira** congratulou a Câmara pelo empenho na área das tecnologias e perguntou se não será um exagero equipar todas as salas com os quadros interactivos pelo facto de poderem ser excessivos quando abrir o Centro Escolar. Relativamente aos computadores Magalhães perguntou se a Câmara vai adquirir portáteis para os alunos que não pretenderam adquirir o Magalhães ou se será para outro fim, considerando que seria óptimo que todos os alunos pudessem dispor de computadores. -----

O Senhor **Presidente da Câmara** tomou a palavra para esclarecer o Senhor Deputado do seguinte: -----

- Referiu que a Câmara tinha um projecto que era dotar as escolas de um portátil por cada 2 alunos que a chegada do Magalhães tornou desnecessário, disponibilizando os computadores portáteis existentes para utilizar como computador base dos quadros interactivos, o que os torna mais baratos. Informou que houve Encarregados de Educação cujas crianças são subsidiadas, que recusaram a aquisição do Magalhães, mesmo sendo grátis ou por 20 euros, o que para os professores não vai ser fácil gerirem uma realidade em que uns têm e outros não têm computador, mas que julga que irá ser possível definir formas de lidar com esta realidade. -----

= O Senhor Deputado **Valter Caldeira** interviu para referir que o Magalhães é um computador pequeno, que a sua utilidade é mais como ferramenta individual de trabalho e solicitou à Câmara que faça um esforço para a aquisição de computadores para os alunos que os Encarregados de Educação não tem intenção de adquirir. -----

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** perguntou se havia a possibilidade de haver o computador Magalhães na sala de aula para os alunos cujos pais não estão interessados em adquiri-lo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= O Senhor Deputado **Vítor Dias Silva** em reposta a intervenção do Senhor Presidente da Câmara mencionou que o senhor Presidente referia-se ao tempo em que foi Presidente e que não sabe o que era governar uma Câmara com 2.500 euros por mês e receber por ano o que o Senhor Presidente recebe por mês, que no concelho havia poucas estradas alcatroadas e que mal ou bem os funcionários da Câmara, sem empreitada e sem dinheiro, fizeram estradas, escolas, postos médicos e que os alcatroamentos da Moita duraram muitos anos. Referiu que nesse tempo tinham que se fazer orçamentos com base nas verbas disponíveis e actualmente se fazem a partir dos investimentos que se querem. Salientou que o orçamento é um plano de carências sem realismo visto que a Câmara vai fazer aquilo que puder, o que for possível e que o Senhor Presidente da Câmara não faz ideia do esforço que era governar uma câmara nos anos 80. -----

= O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** referiu que o documento apresentado é agradável de ser lido e mencionou os seguintes pontos: -----

“...Na página 2, proposta do orçamento que segundo o descrito a diminuição verificada nas transferências para a Administração Local...; -----

- “...Na página 3, a totalidade das verbas disponibilizadas as Autarquias de 4,8%; -----

“...Faça um contexto de...perda evidente de receitas por diminuição real ...” ---
Face a estas referências considera que não se entende se houve um aumento ou uma diminuição. -----

Relativamente aos protocolos com as Juntas de Freguesia mencionou que espera que a cooperação seja melhor que a ocorrida no ano 2008, sublinhando que a Câmara deve mais de 50% das verbas previstas e que se admira que as Juntas de Freguesia reclamem. -----

- Perguntou qual a razão pela qual o Auditor Externo não incidiu a análise sobre as peças financeiras prevista no nº2 do ponto 2 do POCAL. -----

- No que consta sobre a Requalificação do Jardim-de-infância de Moita do Norte mencionou que consta no Plano de actividades que a Câmara Municipal vai comportar as despesas, mas no Orçamento se menciona que será contratualizado, solicitando esclarecimento sobre quem suporta a despesa; ---

- Relativamente ao Mercado das Artes perguntou se a Musealização do Castelo de Almourol ficou esquecida, uma vez que não consta nas Grandes Opções do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Plano, assim como os percursos ribeirinhos que já vêm desde o ano de 1997 e ainda continua a aguardar-se; -----

- Questionou a Câmara no sentido de saber porque é que vai ser um grande ano na habitação social e para quando a conclusão do edifício junto ao dos serviços camarários; -----

- Quanto às verbas para a sinalização turística referiu que espera que não seja como aquela que tivemos durante este ano; -----

- Por último referiu que achou estranho o facto do Senhor Presidente não fazer referência na apresentação do Plano de Actividades ao Mapa de Pessoal, considerando que o executivo camarário deveria reorganizar os serviços e aproveitar os recursos que tem, existindo 117 efectivos e 31 lugares vagos a ocupar. -----

= O Senhor Deputado **Paulo Constantino** salientou que é um orçamento que vai expressar um primeiro ano daquelas que são as ambições futuras do concelho em termos de Educação, competitividade empresarial e turística. Por outro lado, referiu que é uma ambição que foi enunciada no ano de 2007 mas cuja concretização vai ser iniciada no ano de 2009. Referiu que existe uma contradição nas intervenções anteriores visto que umas afirmam que os projectos são escolhidos ao calha e outras que são projectos de anos anteriores, manifestando que na sua opinião são projectos que já foram referidos em anos anteriores mas que não se pode deixar de ter a ambição de os concretizar, seja ou não com fundos comunitários, que o PCP nunca teria visto que nunca quis aderir à Comunidade Europeia, pelo que não poderia ter a ambição que está a ter este concelho de aproveitar esta oportunidade de atingir novos patamares de desenvolvimento. -----

- Relativamente à qualidade dos trabalhos efectuados pelo executivo camarário esclareceu que quem aprova a qualidade do trabalho dos autarcas são os Municípios quando votam. -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: -----

O Senhor Presidente da Câmara mencionou que relativamente às “Estradas” facilmente se faria uma listagem maior do que a existente, visto que existem nas Limeiras e nas Madeiras muitas estradas de terra batida. Quanto ao nó da Roda referiu que não houve reunião com as Estradas de Portugal em que este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

caso não seja referido, mas que a manutenção desta é um compromisso da Administração Central; -----

- Em relação à rua por trás do cemitério referiu que se trata de um investimento a ser executado posteriormente e que na Rua 1º de Dezembro a Câmara está a tentar o compromisso para que os investimentos sejam feitos com um menor esforço do Município, tendo estado quase para licenciar operações de loteamento que iriam ligar a Rua D. Afonso Henriques à Rua Luís Camões, sendo uma estrada meio oblíqua que não é a melhor solução e não é a prevista no planeamento; -----

Relativamente aos computadores Magalhães informou que a sua aquisição apenas é possível com assinatura do Encarregado de Educação, daí a Câmara não o poder adquirir; -----

- Em resposta ao senhor Deputado Vítor Dias da afirmou que o problema é que mal ou bem nos anos 80 faziam-se as coisas, mas apenas os ricos podem fazer a mesma coisa duas vezes, referindo que no caso da actual Câmara é preferível esperar para fazer bem feito e uma única vez. Deu como exemplo as obras realizadas em 1988/1989 no centro da Moita do Norte e em que em 1992/1993 já havia solicitações de novas intervenções. Mencionou que o Senhor Vítor Dias da Silva foi o primeiro presidente a ter um quadro Comunitário de Apoio, que teve início em 1986; -----

- Relativamente às Juntas de Freguesia referiu que há uma colaboração com a Câmara, não apenas de transferências, e que os presidentes de Junta não têm a necessidade de neste fórum enunciar as listagens de problemas de cada freguesia pelo facto de a Câmara manter reuniões regulares com estas; -----

- Em relação ao jardim-de-infância de Moita do Norte referiu que não há contradição visto a Câmara ser o dono da obra e o financiamento ser de fundos comunitários; -----

- Quanto à Muzealização do Castelo de Almourol referiu que este é uma das componentes do Mercado das Artes daí não ser uma desistência; -----

- Relativamente ao edifício junto aos Serviços Camarários informou que no primeiro trimestre de 2009 a Câmara está em condições de realizar as escrituras; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Em relação ao Mapa de Pessoal informou que se realiza uma referência ao Mapa de Pessoal na página 29 e referiu que deixa de haver quadro pessoal e que este passa a ser um documentos que anualmente acompanha o orçamento e as Grandes Opções do Plano e que tem que se contemplar qualquer previsão de contratação a termo certo. Actualmente a Câmara apenas poderá abrir concursos que constem no Mapa de Pessoal e que existe a previsão de um número significativo de auxiliares de acção educativa visto que o contrato de execução com o Ministério da Educação vai permitir a contratação de mais pessoal neste âmbito; -----

- O Senhor **Presidente da Assembleia** relativamente ao ponto 2 do nº2 do POCAL tomou a palavra para referir que não foram presentes as peças anuais porque se trata de uma apreciação semestral e que no fim do ano é que se elaboram os mapas; -----

Tendo sido colocada à votação a Discussão e aprovação dos documentos Previsionais de Gestão para 2009 – Orçamento e Grandes Opções do plano e Mapa de Pessoal, esta foi aprovada por maioria com 11 votos a favor dos Deputados Rui Monteiro Picciochi, Ana Rita Inácio, José Maria Chambel, Paulo Constantino, Benjamim Reis, João Manuel Gralha, Cleide Santos, Aníbal Rodrigues, Júlio Barata, Fernando Aparício, Manuel Cardoso do PS, com 4 votos contra dos Senhores Deputados Valter Caldeira, Eduardo de Oliveira, Vítor Dias da Silva e Maria Paula Valente do PSD e 1 abstenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo da CDU. ---

-----Este ponto da acta foram aprovados em minuta, por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

O Senhor Deputado **Eduardo de Oliveira** apresentou Declaração de Voto da qual consta o seguinte: “Considerando o aumento superior a 40% no valor deste orçamento em relação ao do ano de 2008. Em 16 de Dezembro de 2008, o Orçamento apresentava uma taxa de execução inferior a 60%, a previsão feita de venda de terrenos no valor superior a 3 milhões de euros, no corrente ano a venda apenas rendeu cerca de 240 mil euros, a previsão de transferências de capital no valor aproximado de 4 milhões de euros quando no corrente ano é de cerca de 1 milhão, o aumento da receita corrente em termos de taxas e multas de 70%, verificando-se no corrente ano uma taxa de execução de 48%, o aumento superior a 10% em despesas correntes que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apresenta no corrente ano uma taxa de execução de 83%, no mapa de pessoal para uma existência indicada de 117 prevê-se um recrutamento de mais 31 pessoas, isto é, um aumento de 27%, verifica-se todos os números estão não só inflacionados como são numa análise realista totalmente irrealistas. Só se entende a situação porque não sendo 2009 um ano bissexto é no entanto um ano de eleições. Assim sendo o meu voto é contra.”. -----

E para constar se lavrou a presente acta que depois de aprovada, vai ser assinada pelos Senhores Presidente da Assembleia Municipal e Secretários. ---

----- O Presidente da Assembleia Municipal

----- O Primeiro Secretário

----- O Segundo Secretário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Lista de Anexos

Anexo nº1 Lista de Expediente.

Anexo nº2 Informação Escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara.